



OS GRUPOS ESCOLARES DO PARANÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A PREOCUPAÇÃO COM A SAÚDE ESCOLAR

Adriana Mileski Costa¹

Fátima Branco Godinho de Castro²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a importância da educação e da saúde nas primeiras décadas do século XX, período em que as ideias sanitaristas ganham espaço no contexto social do Brasil. As determinações do Código de Ensino do Estado do Paraná e do Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares, ambos de 1917, incluíam metas voltadas para a questão da higiene que não se limitavam somente as questões humanas, mas abarcavam as questões prediais e ambientais. Este trabalho visa compreender como ocorreu a implementação de tal programa, nessa nova escola, que buscava acabar por assim dizer, com os problemas estruturais dos prédios de muitas delas e com as condições desfavoráveis dentro das salas de aula. As fontes primárias e documentais utilizadas na pesquisa demonstram o discurso médico para a infância e as ações do Estado para higienizar, disciplinar e homogeneizar a população, justamente num período em que o Paraná recebeu milhares de imigrantes europeus, que substituíram as classes menos favorecidas. As teorias eugênicas e de branqueamento da população brasileira ganhava espaço no contexto paranaense, com a pretensão de melhorar a constituição física e mental da população. No período em análise, a atenção e vigilância das autoridades estavam em ensinar os cuidados pessoais com dentes, mãos e cabelos, mas também havia a preocupação com álcool, tabagismo, sexualidade e outros vícios. Os documentos analisados mostram o trabalho exercido pelos agentes sanitaristas dentro dos grupos escolares, que além da avaliação dos diversos problemas encontrados nestes espaços, realizavam um atendimento inicial para a erradicação imediata destas doenças e males, que deveria ser estendida para as famílias destas crianças. Como resultado o espaço escolar tornou-se um grande laboratório de formação de futuros cidadãos. Os Estados e Municípios deveriam estimular a educação eugênica, o cuidado com a higiene mental e social, e através da medicina escolar difundir o pensamento de formação de sujeitos saudáveis, higiênicos e educados. Assim, a escola atuou de forma preventiva para tirar as crianças do caminho dos vícios e torná-las sujeitos produtivos, participantes e socialmente modificados.

Palavras-chave: Grupos Escolares; Saúde; Medicina Escolar; Higiene.

¹ Graduanda do 5º período do curso de Pedagogia e bolsista da Iniciação Científica do Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil.

² Professora Pesquisadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil. Mestre em Educação pela UFPR e Coordenadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil.

ABSTRACT

This study aims to analyze the importance of education and health in the first decades of the twentieth century, during which the sanitarian ideas are gaining ground in the social context of Brazil. The determinations of the Paraná State Education Code and the School Group Model Program and similar, both in 1917, include targets aimed at the issue of hygiene that is not only limited human affairs, but encompassed the gross and environmental issues. This work aims to understand how was the implementation of such a program, in this new school, which sought to end so to speak, with the structural problems of the buildings of many of them and the unfavorable conditions in the classrooms. Primary and documentary sources used in the study showed the medical discourse for children and the State's actions to sanitize, discipline and homogenize the population, precisely at a time when the Paraná received thousands of European immigrants, who replaced the lower classes. Eugenic theories and bleaching of the population earned space in the context of Paraná, with the intention of improving the physical and mental makeup of the population. In the period under review, the attention and vigilance of the authorities was to teach personal care teeth, hands and hair, but there was also concern about alcohol, smoking, sex and other vices. The documents analyzed show the work done by sanitary agents within the school groups, which in addition to the evaluation of the various problems encountered in these areas, held an initial call for the immediate eradication of these diseases and ailments, which should be extended to the families of these children. As a result the school environment has become a great laboratory of formation of future citizens. The states and municipalities should encourage eugenic education, care for the mental and social hygiene, and through school medicine spread the thought of forming healthy subjects, hygienic and polite. Thus, the school acted preventively to take children out of the way of vices and make them productive subjects, participants and socially modified.

Keywords: School Groups; Cheers; School medicine; Hygiene.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino provido pelos sistemas escolares tem sido objeto de debates ao longo de várias décadas, culminando em reformas principalmente dos currículos vigentes. Os grupos escolares, no início do século XX, passaram a caracterizar um novo modelo organizacional de ensino, que pretendia atender aos ideais de formar sujeitos produtivos, participantes e socialmente modificados. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 2006, p. 35)

No entanto, a escola tem sido criticada pela baixa qualidade de seu ensino, por sua incapacidade em preparar os estudantes para ingressar no mercado de trabalho e ainda pela falta de estrutura física para o atendimento de seus alunos. Embora muitas mudanças tenham ocorrido, algumas delas tem sido proteladas, como a própria valorização dos espaços educacionais, da profissão do professor e de programas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos docentes.

O presente estudo tem por objetivo analisar a importância da educação e da saúde nas primeiras décadas do século XX, período em que as ideias sanitaristas ganham espaço no contexto social do Brasil. Segundo as determinações do Código de Ensino do Estado do Paraná e do Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares, ambos de 1917, o foco não eram somente as metas voltadas para as questões humanas da higiene, mas abarcavam as questões prediais e ambientais. Por isso, torna-se necessário compreender como ocorreu a implementação de tal programa, nessa nova escola, que buscava acabar, por assim dizer, com os problemas estruturais dos prédios de muitas delas, sobretudo com as condições desfavoráveis dentro das salas de aula.

2. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Um novo momento na vida política brasileira tem início com a Proclamação da República, norteada por uma Constituição que lhe deu nova forma de poder do Estado, como República Federativa. O regime presidencialista adotado, como afirma SILVA (1993, p.72-73), em sua obra de Direito Constitucional, ocorreu com clara influência estrangeira, afastando o ordenamento legal da realidade sobre a qual incidia. Conforme citado por Oliveira (2001) em seu artigo – Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. Desta forma a antiga autonomia, conferida às Províncias, pelo ato adicional de 1834, atribuiu aos Estados a competência de legislar sobre vários assuntos, inclusive sobre a educação, porém somente até meados do século XX quando foi então elaborado um Plano Nacional de Educação.

A preocupação não estava somente ligada a questão administrativa nos primeiros anos da República, mas também a criação dos primeiros núcleos de população criados, em função das diversas mudanças no meio social,

devido as alterações nas relações de trabalho, não somente pela abolição da escravidão e da vinda de estrangeiros, mas também da movimentação migratória que ocorria dentro do Estado . No Paraná, diversos Regulamentos foram criados na tentativa de adaptar o novo regime de governo para uma educação muito distante da realidade social existente, o foco era um ensino moderno e eficiente. As inovações na educação provenientes da Europa e dos Estados Unidos foram colocadas em prática nos estados economicamente mais prósperos, como São Paulo, servindo de referência e modelo para a sua implantação no Paraná. Segundo Silva (1993),

Assim, a organização escolar no Estado, que vinha do período provincial, continuou por iniciativa do governo, por meio da criação de escolas públicas e subvencionadas, que foram sendo instaladas em centros urbanos, nas regiões do Paraná tradicional e, gradativamente, nas novas regiões que foram sendo ocupadas. A contribuição das escolas particulares para a disseminação do ensino deu-se também em centros urbanos, porém, posteriormente à instalação de escolas mantidas pelo governo (p.146)

Com isso , a partir de 1903, com a criação dos primeiros núcleos populacionais, o governo passou a fazer investimentos no setor de obras públicas, e aos poucos na instalação de escolas, ocasionando a ampliação da rede escolar pública. Porém, a instabilidade administrativa dos primeiros anos da República, impediu a implementação de medidas mais concretas em relação ao ensino, ficando mais no plano das legislações do que no das realizações. Três foram as questões fundamentais a serem resolvidas no tocante ao ensino: formação de professores, construção de prédios escolares e fornecimento de equipamentos escolares.

Em seu artigo, Silva (2008) , faz uma revisão das principais ideias educacionais de Manoel Bomfim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, articulando-as com o resultado de investigações científicas sobre a implantação dos grupos escolares no Brasil. A autora diz que “ É importante especificar que no Brasil, a implantação dos grupos escolares ocorre concomitantemente à disseminação do ideário de educação escolarizada como redentora da humanidade”(p.177). Cita ainda que segundo Manoel Bomfim,

É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos de combatentes e ardorosos - é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando

suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes [...]. (BOMFIM, 1993, p. 283)

Sendo assim, fica claro que é por meio da educação que um país pode se desenvolver, educação estendida a todos os cidadãos , não somente a classes favorecidas.

Foi por volta deste mesmo ano iniciada então a construção do Grupo Escolar Xavier da Silva, onde funcionariam seis escolas, tendo por modelo os grupos escolares de São Paulo e do Pará. Deste ponto de partida houve a expansão da rede escolar, com a criação de escolas primárias e secundárias providas de professores qualificados. Cerca de 130 localidades entre cidades, vilas, povoados e colônias tinham escolas, embora a grande concentração fosse em Curitiba. A distribuição dos professores, se dava através de um prévia classificação sendo que os mais capacitados permaneciam nas escolas da capital. A estratégia de fixar o número de escolas teve por base a média de frequência de alunos, o objetivo era evitar o desperdício de verbas com escolas com baixa frequência.

Pelo Código de Ensino de 1915, foram ordenadas e sistematizadas leis especiais, já aprovadas desde 1901, a respeito de escolas maternais, jardins de infância, seriação de ensino e categorização dos tipos de escolas em simples, ambulantes, combinadas e grupos escolares. A educação passou então a ser vista como um instrumento de “ reconstrução social, política e moral, além de fonte irradiadora de progresso e desenvolvimento da sociedade” (TANURI, 1979,p.153).

Em 1917, diversas medidas importantes, em termos de ensino, foram tomadas pelo Governo Paranaense, como a aprovação do Programa do Grupo Escolar Modelo, e do regimento interno do Ginásio Paranaense^{3*}, que possibilitou o reconhecimento dos diplomas e a viabilidade de ingresso em cursos superiores. Apesar de restrito o quadro de instituições de ensino oficiais no Paraná completou-se em face da sequência de níveis de ensino: primário,

³ Atual Colégio Estadual do Paraná

secundário, profissionalizante e técnico. E com as escolas particulares, ofertando também ensino primário e ginásial, nos colégios, e superior, na Universidade do Paraná.

3. SAÚDE E QUESTÕES SANITARISTAS

Surge então, no início da Primeira República as ideias sanitaristas que ganham espaço no contexto social do Brasil, as metas do movimento era de tratar os doentes, erradicar moléstias e educar para a manutenção da saúde. Com as determinações do Código do Ensino do Estado do Paraná e do Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares, ambos de 1917, decidiu-se implantar tal programa, nessa nova escola, que tornou-se o modelo republicano de ensino primário, foi um dos modos encontrados de acabar por assim dizer, com os problema estruturais dos prédios de muitas delas e com as condições de higiene desfavoráveis dentro das salas de aula.

É importante lembrar que a atenção com a higiene estava presente no Código de Ensino, de 1917, sendo que as metas elaboradas sobre esta necessidade não se limitavam somente as questões humanas, mas abarcavam as questões prediais e ambientais.

Os prédios dos grupos escolares e as “casas de escolas” deveriam ser construções limpas, arejadas e iluminadas, que atraíssem os alunos e a aprovação dos pais. Coloca-se também em pauta que as determinações legais estavam vinculadas a um processo social, marcado pela aceitação e contestação dos indivíduos que acabavam delimitando sua efetivação, baseados em suas práticas diárias, ou seja, seus costumes.

Os próprios professores ministravam aulas, falando sobre a importância da construção de moradias em terrenos secos, sem umidade, dando ênfase à necessidade de limpeza inclusive das próprias casas. Com a perspectiva da meta nacional que era Educar para a saúde, a disciplina de Higiene reiterava a instrução sobre temas que procurassem inculcar hábitos saudáveis nos alunos. Com isso, o Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares, tornou a escola primária, espaço privilegiado de educação para a saúde ganhando evidência no Paraná.

Embora este fosse o foco do trabalho que estava sendo desenvolvido, Bertucci (2014), menciona um fato contundente, ocorrido em meados de janeiro

de 1917, que retrata como a questão do costume da sociedade tinha certa influência na prática que estava sendo vivenciada nos grupos escolares. Diz ela do PROCESSO (1917), sobre a transferência da Escola da Graciosa de Baixo,

Em meados de janeiro de 1917, menos de dez dias depois da aprovação do novo Código do Ensino e poucos meses antes da promulgação do Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares, moradores do povoado da Graciosa de Baixo, situado à margem da estrada da Graciosa, ligação entre Curitiba e o litoral do Estado, enviaram petição ao Inspetor Escolar da região solicitando a reinstalação imediata da escola isolada do povoado que havia sido transferida para um novo prédio na cidade de Antonina. Justificavam: a escola prestava “bons proveitos” às crianças (60 meninos e meninas) da Graciosa de Baixo; a escola depois da transferência ficava distante cerca de 1 (um) quilômetro das casas de alguns alunos; a nova localização da escola trazia sérias dificuldades para a frequência de muitos “pequenos” e, por fim, que apenas com “muito sacrifício” poderiam as crianças frequentar uma escola da cidade (PROCESSO, 1917, p. 7). Assinada por 44 pais de alunos, a argumentação foi classificada de “irrelevante” no relatório elaborado pelo Inspetor Escolar Antonio Gomes Junior, porque “nada alegam de ponderável, já para a instrução, já para a saúde da infância” (PROCESSO, 1917, p. 7). O Inspetor Escolar continuava suas considerações, que seriam enviadas junto com a petição ao Secretário Enéas Marques dos Santos, afirmando que a alegação sobre a distância da nova escola era inconsistente, considerando que a construção em Antonina ficava apenas a cerca de 400 metros da antiga escola do povoado – distância mais que aceitável, inclusive segundo as determinações do Código do Ensino recém-aprovado, que previa o máximo de 3 (três) quilômetros entre a casa do aluno e a escola para o comparecimento obrigatório às aulas (PROCESSO, 1917, p. 7. Cf.: PARANÁ, 1917a, art. 42, §1, p. 21). As ponderações para a negativa ao pedido prosseguiram com o relato sobre a precariedade do antigo prédio da escola, edificado em local baixo, insalubre, de impaludismo endêmico, sem os “requisitos de capacidade e higiene exigidos pelo Código [de 1917]”. Antonio Gomes Junior informava: há mais de três anos a construção de um novo local para que as aulas fossem ministradas, nas proximidades da própria escola, era prometida por particulares e pela municipalidade, mas nada de concreto aconteceu. Concluía esclarecendo que a transferência havia sido solicitada depois que a área em que estava a Escola da Graciosa de Baixo foi anexada ao perímetro urbano de Antonina, o que facilitou a mudança, pois a escola passara a fazer parte da cidade (PROCESSO, 1917, p. 11).

Percebe-se desta forma que o maior embate encontrado na implantação destes programas, ocorreu em função da própria questão de vida da sociedade. Desde o final do século XIX a divulgação cada vez mais intensa da conjugação limpeza e saúde, e da identificação da sujeira como fator que concorria para a proliferação de doenças colaborou para que novos padrões de higiene e salubridade fossem incorporados pela população do Paraná. Ao

longo dos anos, diversas campanhas foram realizadas com esse intuito, até hoje vemos elas acontecerem, sejam em programas do Governo, ou nos conteúdos ministrados dentro das escolas.

Valores e crenças, de ricos e pobres, sobre cuidados com a saúde e para combater as doenças, eram repetidamente condenados pelos médicos de diferentes partes do Brasil e causavam estranhamento em doutores e leigos que acreditavam em um poder absoluto da ciência médica e da educação para a saúde realizada, cotidianamente, pela escola e outros meios (BERTUCCI, 2003). A autora cita,

Desde o final do século XIX a divulgação cada vez mais intensa (pelos jornais, dicionários de medicina popular, etc.) da conjugação limpeza e saúde e da identificação da sujeira como fator que concorreria para o alastramento de doenças colaborou para que novos padrões de higiene e salubridade fossem paulatinamente incorporados pela população no Paraná (BERTUCCI, 2011). Em 1902, por exemplo, o jornal de Curitiba A República afirmava, ao noticiar a peste bubônica no porto de Paranaguá: “a população curitibana deve lembrar-se agora de que a boa higiene é o principal preservativo contra a peste [...]” (A República, 27 fev. 1902, p. 2, apud BERTUCCI, 2011, p. 6). Mas esse processo formador para a saúde, que teve na escola primária importante meio de efetivação, também foi combinado ou balizado de maneira difusa e permanente por costumes partilhados por pessoas de diferentes grupos sociais; por uma ambiência (THOMPSON, 1998, p. 14) plena de tradições vividas cotidianamente, que em mais de um aspecto os saberes médico sanitários condenavam (BERTUCCI, 2003, p. 136).

De uma forma simples e clara, a autora traz a tona questões que nos fazem pensar sobre a sociedade que queremos formar, os problemas enfrentados naquela época, não são muito diferentes dos de hoje. Infelizmente muitos indivíduos lutam contra uma melhora, em face do comodismo. A transformação requer mudanças de comportamento, e não são todos que estão dispostos a isso.

Naquele momento a instrução pública buscava dotar a sociedade de coesão através da educação do povo e da criança do novo regime, a construção de edifícios específicos para os grupos escolares, se tornou uma preocupação das administrações dos Estados que tinham no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação. Era imprescindível construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava, segundo este aspecto foi necessário repensar sobre a maneira de construções dos edifícios que

deveriam abrigar os grupos escolares, as especificações que precisavam ser seguidas e como seriam realizadas tais construções.

Desde o início da República, intelectuais e educadores pensavam a escola moderna com diversas salas e vários professores, com isso a implantação da escola graduada era conveniente para os cofres do Estado por possuir qualidades pedagógicas e benefícios econômicos, tais como melhor divisão de trabalho do professor e o aumento da oferta da instrução atendendo um número maior de alunos. A ideia era preparar crianças para se tornarem futuros cidadãos capazes para o mundo moderno, porém o investimento dos poderes públicos paranaenses não correspondeu às expectativas de um discurso que propunha a regeneração da sociedade por meio da educação.

Do mesmo modo que para ser professor era necessário qualificação, também se tornou indispensável um espaço próprio, selecionado e concebido para ser uma escola, portanto para os poderes públicos, tornou-se imperativo empregar recursos na construção dos edifícios escolares convenientes à sua função. Apesar de possuírem um programa arquitetônico que os identifica como espaços públicos de escolarização, a organização de alguns deles ficou incoerentes à propaganda do governo. A escola, foi pensada para ser um espaço laboratorial, difusor de práticas higiênicas e moralizantes, baseada nos pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna, onde se enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária, requisitos indispensáveis para o bom estado destes grupos escolares.

Em busca dessa uniformidade nas construções, em 1929, foi publicado o Regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Paraná, que determinava a maneira mais adequada para se conseguir isso. Os prédios deveriam ser em um só pavimento, sendo que cada sala seria em formato retangular acolhendo no máximo 40 alunos, com iluminação natural atingindo até as carteiras mais afastadas das janelas; a ventilação deveria ser perfeita, e os banheiros na proporção de um para cada 30 alunos do sexo masculino, e um para cada grupo de 20 alunos, do sexo feminino. O material usado no revestimento interno deveria permitir lavagens frequentes, com pintura em tonalidades suaves, sendo que os prédios tinham que dispor de amplo espaço destinado ao recreio e exercícios físicos.

Os grupos escolares espalhados pelo Brasil no início do século XX, especial aqueles identificados por seu programa arquitetônico de natureza monumental, visavam “incutir nos alunos o apreço à educação nacional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica construída pelas Luzes da República ”(VIDAL e FARIA FILHO, 2000,p.25). Diversos grupos escolares foram construídos ao longo dos anos, mas a maioria deles, não atendiam plenamente tais requisitos, porém na virada da década de 1910 ocorreu um significativo investimento quando foram projetados e construídos sete grupos. Entre estes, foi construído em 1906, o menor, no entanto o mais elegante edifício-escola da cidade de Curitiba, na visão do autor, o Grupo Escolar Cruz Machado, com uma fachada ricamente ornamentada com princípios decorativos de arte floral e aspecto monumental, porém com condições de funcionamento questionáveis, já que não atendia plenamente o número de alunos que o frequentavam (BENCOSTA,2001).

Dentre os primeiros grupos escolares de Curitiba foram poucos os que preservaram suas principais características construtivas e espaciais, pois muitas decisões governamentais resultaram na desativação, demolição e substituição de alguns edifícios escolas. Outros passaram por reformas, tendo sido preservados apenas alguns traços de seus projetos originais. Para BENCOSTA (2001) dar origem aos grupos escolares significava atender a um projeto de integração social e política, assim a arquitetura e a configuração do espaço escolar, através dessas construções passou a contribuir para a elaboração destas representações sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os tempos da Academia Imperial de Medicina, que pautava debates sobre a possibilidade “da educação e instrução da mocidade” concorrer para o desenvolvimento físico e moral do brasileiro, que o tema higiene na escola foi abordado de diferentes perspectivas pelo doutores (GONDRA, 2000, p.529-531). Higienizar lugares e coisas e estimular a higiene pessoal tornaram-se então fundamentais para evitar a multiplicação de micróbios e para manter ou restaurar a saúde das pessoas.

Conforme cita BERTUCCI (2014) OS Delegados de Ensino, encarregados da “inspeção técnica das escolas primárias” e os Inspetores

Escolares, que seriam médicos “sempre que for possível”, deveriam observar com atenção a higiene dos estabelecimentos de ensino: prédio, mobiliário (como as carteiras), utensílios e outros materiais (PARANÁ, 1917a, art. 2 a 21, p. 10-18; art. 161, §único, p. 54). Mas era função do professor “zelar escrupulosamente pela conservação [da higiene em geral] mantendo em tudo o mais rigoroso asseio” (PARANÁ, 1917a, art.114, §VI, p. 41).

Embora o empenho tenha sido grande por parte de algumas autoridades, realmente preocupadas com o desenvolvimento da educação no Estado, o avanço sempre ficou muito abaixo do que exigia a realidade. Mesmo as inovações na organização escolar e no ensino tendo sido feitas por leis especiais, como a implantação dos grupos escolares, não foram pois os regulamentos que garantiram a organização das escolas, mas estas devem-se à reivindicação e à persistência de educadores e autoridades do ensino junto aos parlamentares para suas aprovações.

Hoje o contexto da educação não é diferente, mesmo com as diversas mudanças que foram acontecendo, com as tentativas de desenvolvimento, a questão de uma qualidade adequada de ensino ainda está muito longe de acontecer. São anos lutando em busca de um progresso, não vivemos ainda uma realidade ideal, faltam escolas, algumas possuem os mesmos problemas enfrentados no início do século em termos de conservação, mas a passos moderados o caminho está sendo trilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERTUCCI, Liane Maria. **A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 123-140, out./dez. 2014. Editora UFPR.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)**. Educar, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos Pardieiros aos Palácios**. Cultura Escolar e Urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.

GONDRA, J. G. **Medicina, higiene e educação escolar**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná.** Educar, Curitiba, n. 18, p. 143-155. 2001. Editora da UFPR.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa.** Tempo, vol. 13, núm. 26, 2009, pp. 32-55 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1993. 768 p.

SILVA, Vivia de Melo. **A ideia de educação escolar como chave para a construção da nacionalidade brasileira e a instauração dos grupos escolares no Brasil.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.20/21, n.1/2, p. 177-186, jan.-dez. 2011/2012.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

TANURI, L. M. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo.** Publicação da Faculdade de Educação. Estudos e Documentos. Universidade de São Paulo. São Paulo: Cairu, 1979. v. 16.

_____. & VIDAL, D. G. **Os Tempos e os Espaços Escolares** no processo de institucionalização da Escola Primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação. nº. 14 mai/jun/jul/ago. 2000.

Fontes:

PROCESSO. Transferência da Escola da Graciosa de Baixo, 1917. AP 1645. (Arquivo Público do Estado – Curitiba, PR).

PARANÁ. **Decreto n. 17,** Código do Ensino, em 9 de janeiro de 1917. Leis, decretos e regulamentos. Curitiba: [s. n.], p. 9-91a.